



Visão do Direito



Berlinque Cantelmo

Sócio do Cantelmo Advogados Associados. Especialista em ciências criminais e em gestão de pessoas com ênfase em competências do setor público. Militar da reserva da PMMG. Secretário-geral das Comissões de Direito Militar e Segurança Pública da OAB-MG

Prisão imediata após júri: decisão do STF pode gerar injustiça técnica em processos conduzidos de maneira arbitrária

Diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de permitir que réus condenados pelo Tribunal do Júri possam começar a cumprir suas penas imediatamente, mesmo recorrendo da sentença, é inevitável que presenciemos grandes injustiças técnicas em processos conduzidos de forma arbitrária por magistrados e promotores que, frequentemente, atuam de maneira inadequada, em conjunto.

Essa decisão representa uma antecipação indevida da pena, alterando a dinâmica de seu cumprimento em casos julgados por júri popular. Além disso, traz implicações importantes para o sistema judicial brasileiro, ferindo o princípio da presunção de inocência e o direito ao duplo grau de jurisdição.

Anteriormente, réus condenados pelo Tribunal do Júri poderiam recorrer da sentença em liberdade, dependendo do caso. Agora, com a decisão do STF, o réu

condenado em primeira instância poderá ser preso imediatamente após a condenação, antes do julgamento de qualquer recurso. A justificativa apresentada é que o Júri reflete a vontade popular e, por isso, deve ser respeitado. A decisão busca evitar que pessoas condenadas por crimes graves, como homicídio, permaneçam soltas enquanto aguardam o desfecho de recursos, o que pode levar anos.

No Brasil, o Tribunal do Júri é responsável por julgar crimes dolosos contra a vida, como homicídio, infanticídio, induzimento ao suicídio e aborto. Composto por sete jurados – cidadãos comuns –, o Júri decide se o réu é culpado ou inocente com base nas provas e argumentos apresentados pelas partes. No entanto, os jurados não estão imunes a erros.

A importância do Tribunal do Júri reside no fato de representar a participação direta da sociedade no julgamento de crimes graves, garantindo um julgamento

mais democrático e sensível às questões sociais. Contudo, de onde se extrai o conceito de que as decisões da sociedade são infalíveis e isentas de equívocos?

Há argumentos tanto a favor quanto contra a decisão do STF. Por um lado, muitos defendem que a medida assegura a aplicação mais rápida e eficaz da justiça, evitando que condenados permaneçam soltos por anos enquanto recorrem. Isso é particularmente relevante em casos de grande repercussão, em que a sensação de impunidade é percebida como um problema.

Por outro lado, críticos argumentam que a decisão viola o princípio da presunção de inocência, já que o réu tem o direito de recorrer, e sua condenação pode ser revertida por uma instância superior. A prisão imediata configura uma antecipação de pena, gerando injustiças nos casos em que a sentença venha a ser anulada.

A decisão poderá impactar diversos

casos de grande repercussão no país, em que condenados pelo Tribunal do Júri aguardam julgamento de recursos em liberdade. Um exemplo é o caso do ex-médico Roger Abdelmassih, condenado por estupro de pacientes. Apesar da gravidade do caso, ele conseguiu recorrer em liberdade por um período. Sob essa nova regra, teria iniciado o cumprimento da pena imediatamente após a condenação.

Outros casos de homicídios de grande notoriedade, como os que envolvem políticos ou figuras públicas, também podem sofrer reviravoltas, com réus sendo presos logo após a condenação, independentemente dos recursos ainda pendentes.

Essa mudança trará uma nova dinâmica ao sistema judiciário brasileiro e deverá ser acompanhada de perto, tanto para avaliar seus efeitos práticos no combate à criminalidade quanto para garantir a preservação dos direitos dos condenados.

Visão do Direito



Gabriel Cosme de Azevedo

Especialista em direito digital, advogado do escritório Bento Muniz Advocacia

O banimento de redes sociais para menores de 16 anos na Austrália: solução ou desafio?

A Austrália está prestes a implementar uma legislação inovadora e controversa: o banimento total do uso de redes sociais por menores de 16 anos. Trata-se de um movimento sem precedentes no mundo, com implicações profundas tanto para a sociedade quanto para o setor de tecnologia.

Proposta no início de 2024, a lei já foi aprovada pelo Parlamento australiano e deve entrar em vigor no prazo de um ano, dando às plataformas e ao governo o tempo necessário para implementar mecanismos de fiscalização. Essa legislação inédita coloca a Austrália na vanguarda da regulação do uso de tecnologia por adolescentes, mas também levanta questões sobre sua eficácia prática e os desafios de aplicação.

Dados mostram que taxas de depressão, ansiedade e pensamentos suicidas dispararam com a popularização de smartphones e redes sociais após 2010. Em paralelo, observa-se uma queda no desempenho escolar, dificuldades de concentração e aumento nos casos de bullying.

O principal argumento em favor da medida australiana é a necessidade de proteger a saúde mental dos jovens. Redes sociais, com seus algoritmos projetados para maximizar engajamento, criam um ambiente propício à comparação social, isolamento e vício. Além disso, há um reconhecimento crescente de que o uso excessivo de tecnologia prejudica habilidades interpessoais e reduz o tempo dedicado a atividades saudáveis, como esportes e estudos.

Outro ponto importante é a responsabilização das plataformas. A legislação proposta

transfere o ônus da fiscalização para as empresas, as quais sofrerão multas significativas caso menores sejam flagrados utilizando suas plataformas. Isso cria um incentivo direto para que gigantes da tecnologia desenvolvam sistemas mais robustos de controle de idade.

Apesar do apoio popular, a execução dessa medida apresenta inúmeros desafios. Governos anteriores ao redor do mundo já tentaram medidas similares, mas nenhuma foi tão abrangente. Por exemplo, na Noruega, redes sociais são tecnicamente proibidas para menores de 13 anos, porém mais de 70% das crianças norueguesas de 11 anos estão nas redes, evidenciando a ineficácia da norma.

A proposta australiana sugere o uso de identidades digitais vinculadas a dados governamentais, o que levanta preocupações

legítimas sobre privacidade e vigilância. Embora essa solução garanta mais controle, ela também abre a porta para potenciais abusos por parte do governo.

Críticos apontam que a medida australiana é uma solução simplista para um problema complexo. A crise de saúde mental entre jovens, argumentam, é uma combinação de fatores, incluindo cortes em investimentos em saúde mental, educação de baixa qualidade e um sistema econômico que dificulta o acesso à moradia e ao emprego.

A iniciativa australiana é, sem dúvida, um experimento ousado. Mas, para que a medida tenha sucesso, será necessário um equilíbrio cuidadoso entre regulamentação e respeito às liberdades civis.